

PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DIREITO PENAL

PRINCIPLES OF EQUALITY AND CRIMINAL LAW

Gabriel Henrique Mohana Reis

Os princípios em sua grande parte, são normas elaboradas que tem a finalidade de nortear um ordenamento jurídico para que o mesmo cumpra a sua finalidade de forma eficaz. Outro objetivo de tais princípios é o de servir como parâmetro, podendo fazer-se o uso de analogia, em casos onde a lei é omissa. Dentre tanto, o princípio por sua vez tem como efeito de orientação para outras vias do Direito, assim como o Direito fundamental, que está inserido no artigo 5º de nossa Constituição Federal, os direitos sociais e os Direitos Humanos. Este tema abrange uma ampla área no Direito, já que se trata dos fundamentos de igualdade, os direitos Humanos e sociais. Os Direitos Sociais são conquistas dos movimentos sociais ao longo dos séculos, e, atualmente, são reconhecidos no âmbito internacional em documentos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, já os direitos fundamentais por norma, são baseados nos princípios dos direitos humanos, garantindo a liberdade, a vida, a igualdade, a educação, a segurança e etc. Os Direitos humanos são o conjunto de garantias e valores universais que tem como objetivo garantir a dignidade, que pode ser definida com um conjunto mínimo de condições de uma vida digna. Enquanto um dos lados preza a garantia dos deveres (Os princípios), existe um outro lado que serve como fiscalizador e pune a quem não as cumpre, e neste lado, está o Direito Penal ou criminal. Na medida em que ocorre uma progressiva positivação interna dos direitos humanos, principalmente como normas constitucionais, aumenta-se o quadro valorativo em que o legislador encontrará validade para a criação da lei penal. Este é um ramo do Direito Público que é composto por um conjunto de normas jurídicas que qualificam e tipificam atitudes em crimes. Ele permite que o Estado, diante da legalidade jurídica, aplique suas determinadas sanções penais aqueles que cometerem crimes que perturbam a ordem. Por este motivo, esta área é uma das mais importantes para os princípios, pois, conforme avança, precisarão ser criadas novas leis e punições aos infratores.